

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

Cargo 7: Oficial de Justiça



CADERNO DE PROVAS BRANCO

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
www.cespe.unb.br

Aplicação: 21/2/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (BRANCO ou ROXO), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.

Item	Resposta
0	<input checked="" type="radio"/> BRANCO <input type="radio"/> ROXO

2 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.

3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.

4 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.

5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.

6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.

7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.

8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.

9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

I 21/2/2005, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.

II 22 e 23/2/2005 — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.

III 22/3/2005 — Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Não há dúvida de que, no início do século XXI, os
Estados Unidos da América chegaram mais perto do que
nunca da possibilidade de constituição de um “império
4 mundial”. Mas, se o mundo chegasse a esse ponto e
constituísse um império global, isso significaria — ao mesmo
tempo e por definição — o fim do sistema político
7 interestatal. E o mais provável, do ponto de vista econômico,
é que tal transformação viesse a significar também o fim do
capitalismo. Em uma linguagem mais próxima da física e da
10 termodinâmica do que da dialética hegeliana, pode-se dizer
que a expansão do poder global na direção do império
mundial é, ao mesmo tempo, uma força que levaria o sistema
13 mundial à entropia, ao provocar sua homogeneização interna
e o desaparecimento das hierarquias e conflitos responsáveis
pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema.

José Luís Fiori. *Correio Braziliense*, 25/12/2004 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O emprego da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) justifica-se pela regência da forma verbal “há”.
- 2 Como na seqüência há um complemento oracional, a omissão da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) também estaria de acordo com as exigências da norma escrita culta.
- 3 Como o primeiro período do texto apresenta idéia relativa a um único país, o emprego do verbo **chegar** no singular — **chegou** — estaria de acordo com as exigências de concordância da norma escrita culta, sem necessidade de outras alterações no texto.
- 4 Mantém-se a correção gramatical do período e as informações originais do texto ao se eliminar a palavra sublinhada em “mais perto do que nunca” (l.2-3).
- 5 O emprego do futuro do pretérito em “significaria” (l.5) é decorrente do emprego de estrutura antecedente que tem valor condicional, formada por verbo no imperfeito do subjuntivo.
- 6 Pelos sentidos do texto, é correto inferir que a palavra “entropia” (l.13) está sendo empregada com o significado de **equilíbrio, organização**.
- 7 Para o trecho “que levaria (...) à entropia” (l.12-13), estaria também de acordo com as exigências da norma escrita culta qualquer uma das seguintes reescrituras: que levaria a entropia ao sistema mundial, que levaria à entropia o sistema mundial, que iria levar o sistema mundial à entropia.
- 8 Infere-se das informações e dos sentidos do texto que o dinamismo e a ordem do sistema político interestatal em vigor atualmente no mundo podem prescindir de hierarquias e conflitos.

1 Quase todas as grandes potências já foram
colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas,
liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já
4 mudaram de posição várias vezes ao longo da história. Nesse
contexto, as previsões, liberais ou marxistas, do fim dos
estados ou das economias nacionais, ou mesmo da formação
7 de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica, são
utopias, com toda a dignidade das utopias que partem de
argumentos éticos e expectativas generosas, mas são idéias
10 ou projetos que não têm nenhum apoio objetivo na análise da
lógica e da história passada do sistema mundial. Apesar de
tudo isso, é possível identificar através da história a
13 existência de forças que atuam na direção contrária do poder
global e do império mundial. Forças que impediram — até
agora — que esse processo de centralização do poder
16 chegasse até o seu limite imperial, o que provocaria a
dissolução do sistema político e econômico mundial.

Idem, *Ibidem*.

Com referência às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 9 A expressão “Nesse contexto” (l.4-5) é um elemento de coesão textual, pois retoma de forma sintética todas as informações do período anterior.
- 10 A inserção de uma vírgula logo após a expressão “dignidade das utopias” (l.8) mantém as mesmas relações sintáticas e a informação original do período.
- 11 Pelas informações do texto, estaria gramaticalmente correta e de acordo com as idéias do texto a substituição do trecho “expectativas generosas, mas são idéias” (l.9) por: expectativas generosas. Entretanto, essas previsões são idéias.
- 12 Nas linhas 10 e 11, pela presença das preposições, é correto afirmar que os elementos “da lógica”, “da história passada” e “do sistema mundial” têm a mesma função sintática no período, pois complementam a palavra “análise”.
- 13 Mantém-se a ênfase da afirmação, sem prejuízo para a correção gramatical do período, se as duas ocorrências da forma “do” nas linhas 13 e 14 forem substituídas por **em relação ao**.
- 14 No início do último período do texto, substituir “Forças” por **São essas forças** constitui alternativa gramaticalmente incorreta para o período, porque prejudica a coesão textual.
- 15 Na linha 16, o emprego do futuro do pretérito em “provocaria” justifica-se pelo emprego do subjuntivo em “chegasse” e admite como gramaticalmente correta a substituição pela forma **teria provocado** ou por **iria provocar**.

1 A responsabilidade política do Poder Judiciário no
MERCOSUL é nítida nesta quadra. Precisamos, portanto,
com absoluta transparência, discutir e verificar como as
4 nossas instituições jurídicas estão desenhadas. A justiça
brasileira ainda está presa às concepções autonômicas do
século XIX, e, por isso, o tratado internacional tem
7 sido considerado norma de natureza ordinária, e,
conseqüentemente, é sujeito à modificação, à revogação e à
alteração por qualquer legislação ordinária, sem qualquer
10 audiência dos organismos internacionais e dos países que
foram co-participantes da elaboração de um tratado, seja ele
de qualquer natureza: comercial, civil, tributária.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/impressa/palavra_dos_ministros> (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 16 Na linha 5, estaria gramaticalmente correta a preferência pela estrutura **presa a concepções**, em que é omitido o artigo feminino plural, com a permanência da preposição.
- 17 Os 3 sinais indicativos de crase empregados à linha 8 têm justificativas diferentes, e dois deles podem ser omitidos sem prejuízo para a correção gramatical do período.


Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto, julgue-os quanto à correção gramatical.

- 18 Uma das causas do congestionamento do sistema judiciário reside na legislação processual que, de tão ultrapassada, enseja recursos inimagináveis em qualquer outro sistema.
- 19 A multiplicidade de manifestações de insurgência contra toda e qualquer disposição judicial, com invocação das garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo, fazem com que o exame do mérito das causas seja adiado quase que indefinidamente.
- 20 Sucede-se na comarca os juízes e nos tribunais os relatores de modo que, sobre uma única demanda, várias gerações de magistrados se devam debruçar, reiniciando — como se espera — o estudo do feito desde sua página inicial.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>.



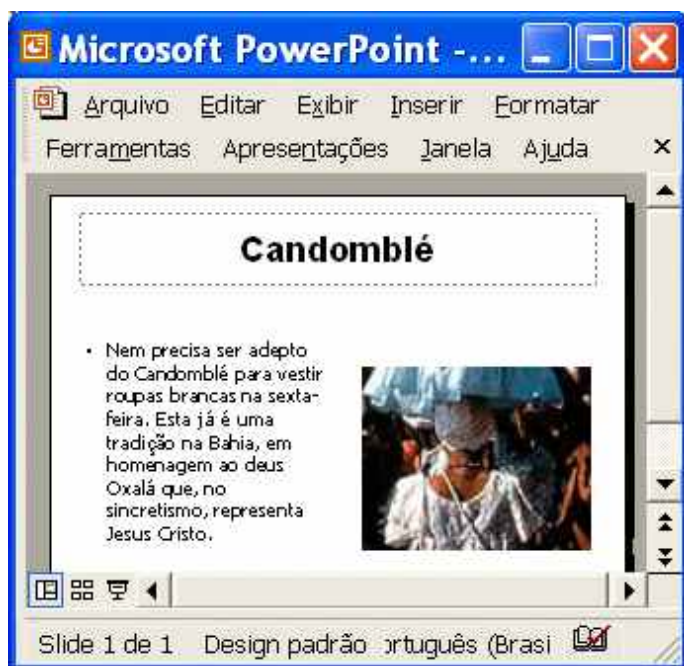
A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em edição com informações que foram extraídas do sítio <http://www.bahia.com.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2002.

- 21 No trecho de documento mostrado, o posicionamento da figura de forma sobreposta a um parágrafo foi possível devido ao fato de esse documento estar definido com o estilo de parágrafo **Título 1**.
- 22 Observa-se na janela ilustrada que o texto mais próximo do lado direito da figura está alinhado com relação a esse lado da figura. Caso se deseje alinhar o texto localizado no lado esquerdo da figura com relação a esse lado da figura, sem alterar o alinhamento existente à direita, é suficiente clicar sobre “tradição” e, em seguida, clicar .
- 23 Considere que o documento em edição seja salvo em disquete de 3½" e que, em outra sessão de uso do Word 2002, ao se tentar abrir esse documento, ocorra erro de leitura por dano do arquivo correspondente. Nessa situação, é possível a recuperação do arquivo danificado por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

24 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar a figura mostrada no documento em edição; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**, liberar a tecla **Ctrl**. Após esse procedimento, é possível que o documento em edição fique alterado para a forma mostrada na figura a seguir.



25 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível abrir o documento ativo em uma janela do aplicativo PowerPoint 2002, na qual se poderá criar uma apresentação a partir do conteúdo do documento.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2002 na qual é mostrado um *slide* em elaboração contendo texto e gráfico, julgue o item a seguir.

26 A estrutura desse *slide* pode ter sido definida por meio da opção Layout do slide, encontrada no menu **Formatar**.

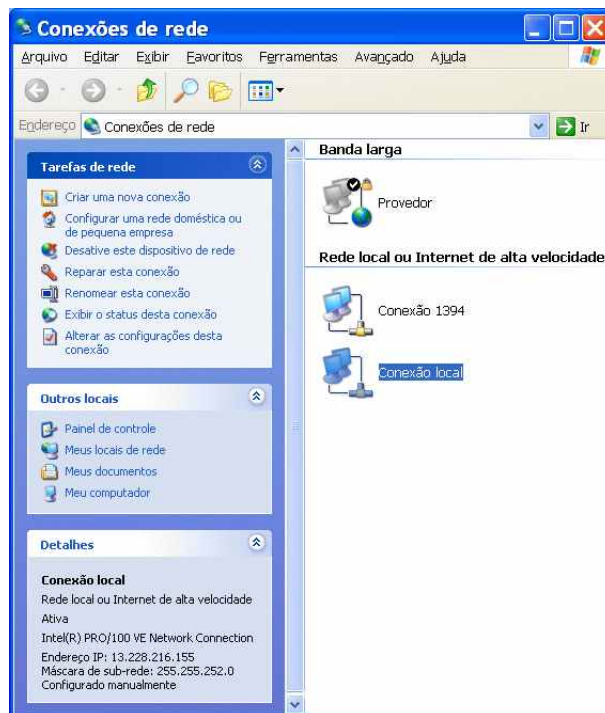



Figura I

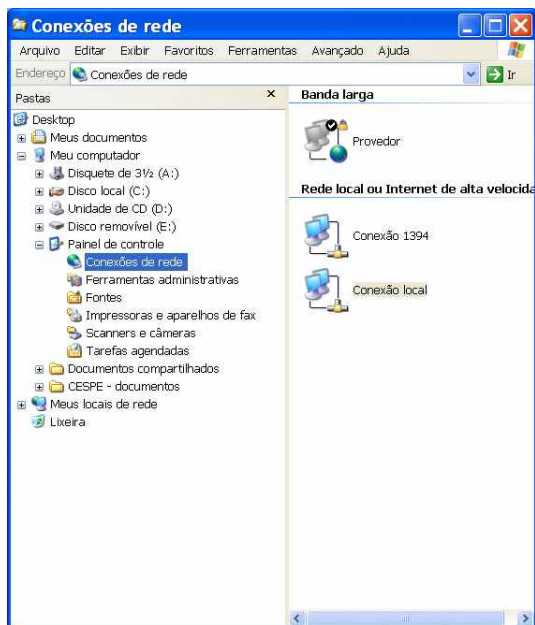


Figura II

Considere que as janelas do Windows XP ilustradas nas figuras I e II acima estejam em execução em um computador do tipo PC. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes, sabendo que a janela ilustrada na figura I é a janela ativa no computador.

27 As informações apresentadas na figura I são insuficientes para concluir se o computador dispõe de recursos de *modem* para acessar a Internet por meio de uma conexão ADSL.

- 28 Ao se clicar  e, em seguida, no *submenu* Barras de ferramentas, do *menu* Exibir, clicar a opção Botões padrão, é possível que a janela ilustrada na figura I se transforme na janela ilustrada a seguir.



- 29 Por ser equipado com processador Pentium® 4, é correto concluir que o computador no qual as janelas ilustradas estão em execução dispõe de recursos intrínsecos que dispensam o uso de memória ROM. Esses recursos permitem que o Windows XP recupere um estado de operação anterior a uma falha do sistema, fazendo uso desse tipo de *hardware* e da memória RAM instalada.

	A	B
1	Valor da causa, em R\$	Custas a pagar, em R\$
2	Até 46,99	7,37
3	De 47 a 70,59	11,05
4	De 70,6 a 156,63	14,74
5	De 156,64 a 313,25	18,42
6	De 313,26 a 626,5	29,49
7		

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002, julgue os itens seguintes.

- 30 Sabendo que a célula A1 contém comentário, é correto afirmar que foi usada para inserir tal comentário uma das opções existentes na lista que resulta ao se clicar o *menu* Inserir.

- 31 Para se formatar com duas casas decimais todos os valores em reais contidos nas células de A2 a A6, é suficiente selecionar as referidas células; clicar a opção Células no *menu* Formatar; definir, na janela disponibilizada, a formatação desejada e, em seguida, clicar OK.

A tecnologia de telefonia via Internet, conhecida como VoIP, sigla em inglês para voz sobre protocolo da Internet, possível graças a diversos avanços tecnológicos, entre os quais o desenvolvimento de técnicas de compressão e digitalização de voz, permite que usuários de computadores ligados à Web em banda larga possam fazer ligações telefônicas a um preço que é frações do que cobram companhias telefônicas convencionais. Em alguns casos, conversar via Internet pode custar 20% de uma ligação convencional.

No Brasil, o uso do VoIP concentra-se ainda no mundo corporativo. Estima-se que uma em cada quatro grandes companhias brasileiras já usa o sistema. O avanço doméstico do serviço é lento no país por causa da baixa penetração de banda larga nos lares brasileiros: com apenas 2,7% das residências servidas por banda larga, o mercado brasileiro de telefonia via Internet ainda é incipiente. Mas a previsão dos analistas é que em 2005 o VoIP se tornará no Brasil uma segunda opção de telefonia fixa — e móvel, através de *laptops* ligados a redes sem fio de Internet disponíveis nos principais aeroportos brasileiros, hotéis e restaurantes. Foi-se o tempo dos serviços embasados em ligações locais e interurbanas. Eles se tornaram irrelevantes. A Internet e os aparelhos sem fio já alteraram para sempre a forma como as pessoas se comunicam.

Veja, 9/2/2005 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 32 A expressão “voz sobre protocolo da Internet” refere-se à transmissão de voz utilizando-se o protocolo IP (*internet protocol*), que é necessário para a “compressão e digitalização de voz”, dividindo as informações de voz que devem ser transmitidas em pacotes e reagrupando esses pacotes no local de destino da informação.
- 33 A tecnologia de conexão à Internet denominada ADSL é capaz de providenciar, entre as instalações do usuário e o provedor de acesso à Internet, os recursos de largura de banda mencionados no texto, necessários ao estabelecimento de VoIP.
- 34 Para que haja maior “penetração de banda larga nos lares brasileiros”, é necessário que a tecnologia de fibra óptica esteja disponível para o acesso à Internet nas residências dos usuários.
- 35 O trecho de texto “redes sem fio de Internet” pode referir-se, atualmente, às redes WLAN 802.11, que permitem taxas de transmissão condizentes às necessidades de largura de banda do serviço de VoIP.

No século XX, a fonte dominante de energia primária no mundo passou do carvão para o petróleo. No início deste século, vemos que o gás natural começa a substituir o petróleo. E depois, qual será a energia dominante? Hoje, estamos exaurindo as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem e que, por enquanto, são fáceis de serem extraídas. Há, porém, fortes indícios de que a curva de produção de petróleo está próxima de atingir o seu máximo. A cada ano, será mais difícil encontrar e extrair petróleo.

O petróleo ficará cada vez mais oscilante em seu preço internacional. Isso porque é sempre maior a dependência do mundo à produção nas maiores reservas, situadas na área entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio. A instabilidade política crescente na região parece não ter solução no curto prazo, o que volatiliza ainda mais os preços. A culpa da instabilidade política é tanto dos regimes autoritários e teocráticos dominantes na região como das nefastas intervenções políticas e militares dos países ocidentais.

Juan José Verdesio. *Como garantir fontes renováveis no século XXI. In: UnB Revista*, ano V, n.º 10, set./out./nov./2004, p. 35 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reitera a importância estratégica do petróleo para a economia contemporânea, razão por que esse produto exerce significativa influência política nos rumos do mundo.
- 37 A crescente demanda por petróleo também se explica pela arrancada desenvolvimentista protagonizada por alguns países na atualidade, entre os quais Índia e, especialmente, China seriam exemplos marcantes.
- 38 A inexistência de alternativas energéticas ao petróleo torna ainda mais sombria a perspectiva para o futuro, quando — diz o texto — estiverem exauridas “as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem”.
- 39 Há consenso, na atualidade, de que a extrema dependência do Brasil ao petróleo importado é um dos grandes fatores que inibem o pleno desenvolvimento do país.
- 40 As oscilações do preço do petróleo no mercado internacional são determinadas, como o texto deixa transparecer, pela lei da oferta e da procura, nelas não influenciando crises ou eventuais instabilidades políticas.
- 41 Embora não o afirme explicitamente, o texto dá a entender que a substituição da liderança palestina, após a morte de Yasser Arafat, prenuncia rápido encaminhamento para a paz na região.
- 42 As eleições de janeiro de 2005 na Palestina comprovam que os padrões democráticos ocidentais chegaram ao Oriente Médio e modificaram a face autoritária e teocrática dos países árabes.

- 43 Exemplo claro de “intervenções políticas e militares dos países ocidentais” no Oriente Médio, classificadas de “nefastas” pelo texto, foi a invasão do Iraque pela coalizão comandada pelos Estados Unidos da América, que culminou na deposição e posterior prisão de Saddam Hussein.
- 44 No conflagrado Oriente Médio, o Estado de Israel é uma exceção: a despeito das diversas guerras das quais participou, mantém-se de pé sem que para tanto tenha de fazer qualquer tipo de aliança política e militar com potências ocidentais.

Nem o “Sul maravilha” nem um Nordeste infértil. Diagnóstico realizado pelo Ministério da Integração Nacional derruba mitos e aponta para uma nova geografia brasileira, em que as áreas de estagnação e de promessa de desenvolvimento não se encontram sempre nas regiões esperadas. As dinâmicas demográficas e de crescimento do produto interno bruto (PIB) indicam que, além de estar ocorrendo uma lenta interiorização da população nas últimas duas décadas, identificam-se áreas economicamente promissoras em regiões tidas como infecundas e outras, em estado de inércia ou decadência, presentes em regiões tradicionalmente consideradas ricas e desenvolvidas.

Jornal do Brasil, 10/1/2005, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como ponto de partida para a análise do atual cenário econômico e social brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 45 É bastante provável que a expansão da agroindústria, como é o caso do complexo de produção associado à soja, seja um dos principais determinantes para a “nova geografia brasileira” apontada no texto.
- 46 O agronegócio constitui, na atualidade, um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira, com crescente participação na pauta de exportações do país.
- 47 Apesar das transformações em curso, identificadas no texto, ainda hoje verifica-se um adensamento populacional em áreas próximas ao litoral, reflexo do processo histórico de ocupação do território brasileiro desde o início da colonização.
- 48 Na atualidade, é visível o aumento da população em torno de pólos de desenvolvimento, como Brasília e Petrolina-Juazeiro, bem como nas imediações de eixos de expansão econômica e demográfica, como os existentes, por exemplo, nos estados da Bahia, de Mato Grosso e do Tocantins (Palmas).
- 49 No Brasil, de uma forma geral, o Centro-Sul apresenta as taxas mais elevadas de alfabetização e de tempo de escolaridade de sua população, o que normalmente se reflete no desempenho econômico.
- 50 Infere-se do texto que, na atualidade, as maiores taxas de urbanização do Brasil estão presentes na região nordestina, o que se explica pelos pólos de desenvolvimento que se multiplicam pelo interior de seus estados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia, julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e obrigações dos servidores públicos em geral.

- 51 Segundo a Constituição do Estado da Bahia, há uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o estado e seus servidores públicos. Portanto, o servidor que se sentir lesado por ato da administração pública não pode impetrar ação judicial para defesa de seu direito violado até que se esgotem todas as vias administrativas.
- 52 No estado da Bahia, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 53 É anulável o edital de concurso público, realizado por município do estado da Bahia, que não assegure ao aprovado, na ordem de classificação, prioridade de escolha do local ou setor para o exercício da função.
- 54 O servidor público civil tem direito a licença não-remunerada para tratamento de interesse particular, porém esse direito é limitado pela conveniência e oportunidade da administração pública.

Foi realizado concurso público para preenchimento de vagas em determinado cargo do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). A entidade responsável pelo concurso enviou ao tribunal a relação final dos aprovados, pela ordem de classificação, contendo dez nomes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 55 Considere que o edital anunciava que o concurso visava o preenchimento de três vagas já existentes para o cargo. Nesse caso, os três primeiros colocados têm direito de ser nomeados e empossados antes de expirado o prazo de validade do concurso.
- 56 Supondo que tenha havido empate no concurso público citado, terá preferência, necessariamente, o candidato que contar mais tempo de serviço prestado ao estado da Bahia.

Em 15/4/2001, João Carlos, servidor estável da prefeitura de Salvador, no exercício de suas funções, teria praticado ato lesivo ao erário. Em setembro de 2004, mês em que o fato veio a conhecimento público, o Ministério Público denunciou João Carlos por crime contra a administração pública e, por ordem da autoridade competente, foi instaurada sindicância para apurar os fatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 57 Se a comissão sindicante concluir por fato sujeito a pena de suspensão por 20 dias, essa pena pode ser aplicada sem a instauração de processo disciplinar.
- 58 Concluindo pela instauração de processo disciplinar, o presidente da comissão sindicante deve instaurá-lo mediante publicação da respectiva portaria.

59 Instaurado processo disciplinar, a comissão responsável pela condução desse processo só pode deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

60 Se a ação penal intentada pelo Ministério Público concluir pela absolvição do acusado, por inexistência do fato criminoso atribuído ao réu, essa sentença criminal terá necessariamente efeito na instância administrativa.

Acerca das principais atribuições do oficial de justiça, do cumprimento dos mandados judiciais e das taxas de prestação de serviço devidas ao Estado pelos atos praticados pelos oficiais de justiça, julgue os itens a seguir.

- 61 O cumprimento dos mandados judiciais pelos oficiais de justiça deve ocorrer, ordinariamente, de segunda-feira a sexta-feira, assim como aos sábados, das 6 h às 20 h, independentemente de autorização judicial para cumprimento em horário especial.
- 62 Quando no cumprimento de suas atribuições, as certidões exaradas pelo oficial de justiça são dotadas de presunção *jure et de jure* de veracidade.
- 63 O autor de mandado judicial deverá recolher antecipadamente as custas referentes à citação do réu, em cujo valor encontram-se incluídas as despesas referentes à condução do oficial de justiça, ainda que para a zona rural.
- 64 O oficial de justiça deverá comparecer semanalmente aos cartórios em que serve para recolher os mandados que deverá cumprir.
- 65 Ao oficial de justiça compete conduzir autos, livros e papéis para a casa do juiz.

Intuindo a indispensabilidade da citação inicial, os mais antigos juristas consideraram-na uma norma de Direito Divino, cuja presença era imperativa nas leis de todos os povos. Como exemplo da primeira citação ocorrida na História apontavam a de Adão.

Vencida essa etapa, passou a citação a ser considerada um preceito de Direito Natural, para atingir o mesmo objetivo que a pertinência do Direito Divino lhe asseguraria; quase seria de integrá-la em um Direito Sobrenatural.

Depois, passou a ser considerada, realisticamente, um direito processual, porque não tem existência jurídica o processo que seja iniciado sem a citação do réu.

Finalmente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, inseriu-a em seu texto através da garantia de “ser ouvido publicamente e com justiça por um tribunal independente imparcial” (art. 10), que cada Estado deve conceder aos seus habitantes.

Egas Dirceu Moniz de Aragão. **Comentários ao Código de Processo Civil**, v. 2, 9.^a edição, 1998, pág. 158.

Considerando as informações do texto acima, julgue os itens que seguem, referentes a citação.

- 66 A falta de citação impede a formação regular do processo. Mas se, não obstante, o processo seguir à revelia do acionado, a sentença proferida será nula ou mesmo inexistente, ainda que prolatada por juiz competente e transitada em julgado.

67 O advogado munido de procuração geral para o foro não pode, *a priori*, receber a citação; poderá fazê-lo, no entanto, se o instrumento de mandato apresentado ao oficial de justiça contiver poderes expressos para receber citação.

68 Contrafé é a via do mandato que o oficial de justiça retorna aos autos com a assinatura do réu, de modo a comprovar a realização da citação.

69 Considere a seguinte situação hipotética.

Cumprindo mandato de citação em ação ordinária de cobrança, Marcos, oficial de justiça, comparece à residência da ré, que se recusa a assinar o recebimento do mandato, apresentando a Marcos certidão de óbito de seu marido, falecido há cinco dias.

Nessa situação, Marcos deverá portar, por fé, o fato de que a ré recusa-se a receber a citação, dando-a, desde logo, por citada, apesar da recusa em apor o ciente.

Pedro, oficial de justiça, recebe um mandato de citação em processo civil de conhecimento; comparece por três dias à residência do réu, sem contudo o encontrar, e passa a suspeitar de que este se oculta.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes.

70 Pedro deverá intimar qualquer pessoa da família, ou, na sua falta, um vizinho, de que no dia imediato voltará, a fim de efetuar a citação. Nesse caso, Pedro deve, também, ao proceder à intimação referida, designar o horário em que efetuará a citação do réu.

71 Pedro deverá retornar o mandato ao juízo, informando o ocorrido, visando a obter autorização específica do magistrado responsável pelo processo para efetuar citação por hora certa, caso tal autorização já não conste originalmente do mandato.

72 Caso Pedro não apenas suspeite de que o réu se oculta, mas tenha certeza de que este não se encontra no endereço indicado, mas em local ignorado ou incerto, deverá proceder à citação por hora certa.

A respeito dos mandados judiciais e do cumprimento dos mandados de penhora, julgue os itens seguintes.

73 No cumprimento do mandato de penhora, quando não há nomeação de bens pelo executado nem indicação pelo credor, o oficial de justiça não está obrigado à observância da graduação de bens penhoráveis prevista no Código de Processo Civil. Assim, poderá penhorar bens imóveis e também, quando encontrar, pedras preciosas.

74 Em casos excepcionais, o oficial de justiça, atento à Constituição Federal, poderá realizar a penhora em domingos ou feriados, ou até mesmo em horário noturno, sendo imperativo, porém, autorização judicial expressa nesse sentido.

75 Considere a seguinte situação hipotética.

Em uma execução em que se cobram despesas de viagem, Alfredo, oficial de justiça, em cumprimento do mandato de penhora, verifica a existência de imóvel de propriedade do executado, recebido em doação. Na certidão respectiva do registro de imóveis, consigna-se a existência de cláusula de inalienabilidade.

Nessa situação, não havendo cláusula expressa de impenhorabilidade, Alfredo deverá proceder à penhora.

76 Considere que, citado para pagar ou nomear bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento, o executado permaneça inerte até esgotar-se o prazo de 24 horas que lhe fora concedido. Nesse caso, o oficial de justiça já pode proceder, imediatamente, à penhora de bens, sendo desnecessário restituir o mandato ao cartório requerendo autorização judicial específica para a constrição.

77 Em casos de mandato de penhora, se o executado não paga o valor em 24 horas, mas nomeia bens regularmente nesse prazo, não haverá penhora.

78 Com a reforma no Código de Processo Civil (CPC) advinda pela Lei n.º 10.444/2002, o registro da penhora de bens imóveis passou a ser responsabilidade da parte exequente. Essa regra, entretanto, vale para a execução do CPC, sendo que, na execução fiscal, cabe ao oficial de justiça, no cumprimento do mandato, providenciar tal registro.

79 Considere a seguinte situação hipotética.

No cumprimento de mandato de penhora, Jorge, oficial de justiça, depara-se com as portas da residência do executado fechadas, embora este estivesse no interior da casa, recusando-se a permitir a entrada do oficial de justiça.

Nessa situação Jorge deverá obter ordem judicial para arrombamento, podendo esta constar no mandato, condicionada à hipótese de haver resistência. Para cumprir o arrombamento, porém, Jorge não poderá fazê-lo sozinho, devendo estar acompanhado de outro oficial de justiça.

Acerca do cumprimento dos mandados de prisão, julgue os itens que se seguem.

80 A entrega da segunda via do mandato de prisão, nos casos em que o preso se recusa a assinar, poderá ser comprovada por simples certidão do oficial de justiça, sendo dispensável a assinatura do preso.

81 O mandato de prisão poderá ser cumprido ainda que nele não conste o nome da pessoa a ser presa.

82 Considere a seguinte situação hipotética.

Após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, é expedido o competente mandato de prisão, do qual consta autorização judicial expressa para arrombamento e cumprimento em horário especial.

Nessa situação, poderá o oficial de justiça efetuar a prisão no horário noturno, retirando o preso que se oculta no interior de sua casa.

Marina, oficial de justiça, recebe para cumprimento mandato de despejo dos ocupantes de imóvel onde funciona o estabelecimento denominado Lar dos Velhinhos Hipotético. Comparecendo ao local, observa a presença de pessoas idosas, algumas bastante doentes e dependentes de aparelhos, ficando certo que o despejo, sem as condições adequadas, colocará em risco a vida de inúmeros daqueles idosos.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

83 Marina poderá se recusar a cumprir atos que a lei e o juiz a que está subordinada lhe determinam, desde que haja justo motivo, como no caso de não haver meios adequados para a remoção. Sendo assim, o procedimento correto é devolver o mandato ao juízo, informando o ocorrido e requerendo os meios necessários para cumprir o mandato.

84 Considere que, após serem obtidos os meios adequados para a remoção e determinado o destino para os idosos, Marina cumpra o mandado de despejo, retirando os idosos e demais ocupantes do imóvel. Nessa situação, o oficial de justiça, deverá devolver o mandado até o dia seguinte ao do prazo fixado em lei.

85 Considere que a avó de Marina esteja hospedada no Lar dos Velhinhos Hipotético. Nesse caso, Marina poderá, alegando razões de foro íntimo, recusar-se ao cumprimento do mandado, sendo-lhe facultada a designação de pessoa de sua confiança para cumprir em seu nome a ordem judicial.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens seguintes.

86 O território do estado da Bahia, para fins da administração da justiça, divide-se em distritos judiciários, constituídos de uma ou mais comarcas.

87 É requisito indispensável à instalação de uma comarca, nos termos da LOJEB, que os cargos de juiz, de promotor e de serventuário da justiça sejam precedentemente providos.

88 Considere que, em uma representação contra serventuário da justiça de comarca da Bahia o corregedor-geral da justiça declarou-se impedido para julgá-la, tendo em vista ser o representado seu filho. Nessa situação, o TJBA deverá designar um desembargador para o julgamento do feito.

89 O corregedor-geral da justiça poderá designar um ou mais juízes titulares, ou das varas de substituição, para auxiliá-lo, temporariamente, nas diligências a que tiver de proceder nas comarcas do interior.

90 Considere a seguinte situação hipotética.

Um oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de determinado distrito judiciário procedeu a habilitação para o casamento de nubentes não-residentes em sua respectiva divisão administrativa, mas domiciliados na mesma comarca a que integra.

Nessa situação, o ato praticado pelo oficial é nulo de pleno direito.

91 Suponha que Mateus, escrivão, seja irmão de Gabriel, subscritivo. Nesse caso, em razão do parentesco, Mateus e Gabriel não poderão exercer suas funções na mesma comarca, mesmo que as serventias sejam de varas distintas.

92 No gozo de férias anuais de determinado serventuário da justiça de comarca do interior do estado-se, este deverá ser substituído por outro serventuário, detentor das mesmas atribuições, mediante designação do juiz competente.

93 Os serventuários da justiça do estado da Bahia poderão ser punidos com as penalidades de advertência, suspensão, multa, censura ou demissão quando cometerem infrações.

94 Considere a seguinte situação hipotética.

Um avaliador judicial agiu com negligência no exercício de seu ofício, causou danos a terceiros e recebeu emolumentos indevidamente.

Nessa situação, em razão de sua conduta, o avaliador somente poderá ser punido com advertência e reparação dos danos causados.

95 Se determinada escrivã do TJBA se negar a lavrar competente recibo de pagamento de custas judiciais, poderá ser suspensa, por prazo não-superior a trinta dias.

Julgue os itens a seguir, relacionados à organização judiciária do estado da Bahia.

96 Dois municípios, que não possuem divisas contíguas, poderão ser agrupados em comarcas, em observância ao princípio da continuidade territorial.

97 Na comarca de Salvador, a direção e a fiscalização dos serviços de avaliação, depósito e guarda de bens e valores serão exercidas pelo corregedor-geral da justiça.

98 Suponha que Roberto, serventuário da justiça, pratique infração punível com pena de suspensão e que, anteriormente, jamais tenha sido advertido. Nessa situação, Roberto deverá ser punido com advertência, por ser penalidade menos severa e, em caso de reincidência, poderá ser punido com suspensão.

99 São infrações puníveis com a pena de demissão a transgressão internacional a proibição legal, o abandono do cargo e a indisciplina ou insubordinação reiterada.

100 Considere a seguinte situação hipotética.

Cláudio, oficial de justiça de determinada comarca, era contumaz no ato de recebimento de propinas de partes interessadas nas ações judiciais de sua competência. Após regular procedimento administrativo disciplinar, a autoridade competente decidiu pela pena de demissão.

Nessa situação, no ato de demissão de Cláudio deverá constar a cláusula a bem do serviço público.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens que seguem.

101 Considere que uma comarca do estado da Bahia, classificada como de primeira entrância, teve, no ano de 2004, movimentação forense de 450 feitos de jurisdição contenciosa. Nesse caso, a referida comarca passará em 2005, automaticamente, a ser classificada como de segunda entrância, independentemente de disposição normativa.

102 Considere que o TJBA, em caráter excepcional e no interesse da administração judiciária, por deliberação da maioria de seus membros, propôs à Assembléia Legislativa Estadual a criação de uma comarca, a ser classificada como de terceira entrância, a qual possui extensão territorial inferior a 500 quilômetros quadrados. Nesse contexto, é correto concluir que a iniciativa do tribunal é inválida, pois o território definido para o estabelecimento da comarca não atende ao requisito mínimo, previsto na LOJEB.

- 103 A inexistência de cadeia pública em determinada extensão territorial do estado da Bahia inviabiliza a instalação de comarca nessa localidade, pois a existência de cadeia pública, com condições suficientes de higiene e segurança, é requisito essencial para a referida instalação.
- 104 Considere que Alberto, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, requereu ao corregedor-geral da justiça a instauração de processo para a apuração de incapacidade moral de serventuário da justiça. Todavia, o corregedor-geral não recebeu o referido requerimento, com base na assertiva de que a competência para julgamento desse feito era do Conselho da Magistratura, sendo, portanto, esse o órgão para o qual deveria ter sido destinado o pedido. Nessa situação, nos termos da LOJEB, Alberto agiu acertadamente.
- 105 A ausência de inspeção do corregedor-geral da justiça na localidade onde será criada uma comarca não impede a sua instalação, pois a demonstração da existência dos requisitos essenciais poderá ser feita por documentos ou qualquer outro meio de prova.
- 106 O corregedor-geral da justiça é competente para receber, processar e julgar as representações contra serventuários da justiça. Tanto a instrução quanto o julgamento de tais processos são competências privativas, que não podem ser delegadas a juízes de direito.
- 107 Considere que um escrivão dos feitos cíveis de uma comarca da Bahia está sendo acusado da prática de crime contra a administração pública, tendo sido instaurada a pertinente ação penal. Nesse contexto, como medida cautelar, o corregedor-geral de justiça poderá determinar o afastamento do referido serventuário da justiça.
- 108 Considere que João, juiz de direito de uma comarca da Bahia, foi submetido a processo disciplinar, instaurado pelo TJBA, para apuração de faltas funcionais. Nessa situação, nos termos da LOJEB, a competência para julgamento do feito é do corregedor-geral da justiça, com recurso voluntário para o Conselho da Magistratura.
- 109 O provimento dos cargos de serventuários da justiça deve ser feito por concurso regulamentado pela Corregedoria-Geral da Justiça. Entretanto, nos ofícios e serventias não-oficializados, havendo autorização expressa do corregedor-geral e do secretário da justiça, as funções de escrevente de cartório serão exercidas por servidores admitidos pelos respectivos titulares e à sua custa, mediante contrato escrito, sem qualquer responsabilidade para o Estado.
- 110 A locomoção do corregedor-geral da justiça para comarca ou distrito, seja para apuração de fatos relativos à administração da justiça, seja para regularização dos serviços judiciários, dependerá sempre de autorização do tribunal ou do Conselho da Magistratura.
- 111 Considere que determinada comarca do estado da Bahia, classificada como de primeira entrância, teve, por dois anos consecutivos, movimentação forense, de jurisdição contenciosa, inferior à exigida na LOJEB. Nesse caso, poderá o TJBA propor à Assembléia Legislativa a extinção da respectiva comarca.
- 112 Considere que um oficial de justiça de uma comarca da Bahia requereu licença de 90 dias para tratar de assuntos particulares. Nesse caso, de acordo com a LOJEB, compete ao corregedor-geral da justiça analisar esse pedido.
- 113 De acordo com a LOJEB, haverá, nas sedes das comarcas de primeira e segunda entrâncias, o mesmo número de ofícios; todavia, nas comarcas de segunda entrância, em cada um dos ofícios servirá um escrevente de cartório.
- 114 Considere que um serventuário da justiça da Comarca de Salvador – BA faça jus a férias anuais remuneradas de 30 dias. Nesse caso, o gozo das férias poderá ser fracionado em dois períodos, sendo que nenhum deles poderá ser inferior a 10 dias, em conformidade com escala anual, organizada pelo juiz diretor do fórum.
- 115 Considere que Fábio, oficial do registro de imóveis, pretende candidatar-se, nas próximas eleições, ao cargo de deputado federal. Nesse caso, Fábio será considerado em regime de licença especial desde a data do registro de sua candidatura na justiça eleitoral, e esse afastamento se estenderá até 10 dias após a data da eleição.
- 116 Considere que Gustavo, serventuário da justiça, seja avaliador em determinada ação judicial em que figure como autor. Nessa situação, o réu poderá requerer a declaração de suspeição de Gustavo, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.
- 117 Poderá ser censurado, por escrito, mediante publicação no Diário da Justiça, serventuário da justiça que deixe de cumprir com suas atribuições funcionais.
- 118 Considere que juiz de direito de determinada comarca tome conhecimento de falta funcional cometida por oficial de justiça que atue em feitos de sua competência. Nessa situação, o juiz de direito deverá comunicar o feito ao corregedor-geral da justiça para que este tome as medidas cabíveis.
- 119 Considere que um escrevente de cartório, aproveitando-se de sua situação de serventuário da justiça, pratique crime de peculato, e que a autoridade judiciária competente leve a efeito a instauração de processo administrativo, a fim de apurar a prática do crime cometido. Nesse caso, instalado o processo administrativo, o escrevente disporá do prazo de 10 dias, a contar da respectiva notificação, para apresentar prévia defesa.
- 120 Considere que Mariana, comissária de vigilância da comarca de Conceição do Jacuípe – BA, tenha sido arrolada como testemunha em processo administrativo disciplinar que se processa perante a comarca de Correntina – BA. Nesse caso, Mariana deverá ser requisitada ao chefe de serviço respectivo da comarca de Conceição do Jacuípe – BA.

